

Conselho faz sua primeira reunião aberta desde 1972

11 DEZ 1985

Em sua primeira reunião plenária com a nova composição, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana decidiu ontem tornar públicas todas as sessões, sem levar em conta um decreto de 1972 que determinava que fossem secretas e que nem mesmo os membros pudesse fazer depois relatos aos seus pares.

Os 15 membros aprovaram por unanimidade a proposição do Presidente da Comissão, o Ministro da Justiça, Fernando Lyra, com a ressalva de realizar sessões secretas, com decisão prévia por votação, apenas quando isso for necessário para garantir direitos e preservar as pessoas que estiverem prestando depoimentos.

O Ministro propôs a contratação de assessores para atuar em defesa da mulher e da criança e contra as discriminações e as fraudes eleitorais. Miguel Pressburger, assessor jurídico da Comissão Pastoral da

Terra, da CNBB, propôs a criação de uma quarta defensoria, a dos direitos do homem do campo.

Benjamim Albagli, Presidente da Associação Brasileira de Educação, propôs a quinta, para educação e saúde. Fernando Lyra disse que está incluída nas defensorias de discriminações e da mulher e criança, mas aceitou a da violência no campo. Os 15 membros aprovaram a sugestão.

O Ministro Fernando Lyra disse que a violência no campo já se transformou em verdade guerra civil e informou que recebe diariamente denúncias de violação dos direitos dos camponeses. Quando assumiu o Ministério, verificou que havia mil conflitos de terra, em lista oficial. Com o anúncio da reforma agrária, eles se multiplicaram. Está havendo uma guerra camouflada no campo e só a Polícia Federal não consegue eliminá-la, afirmou.